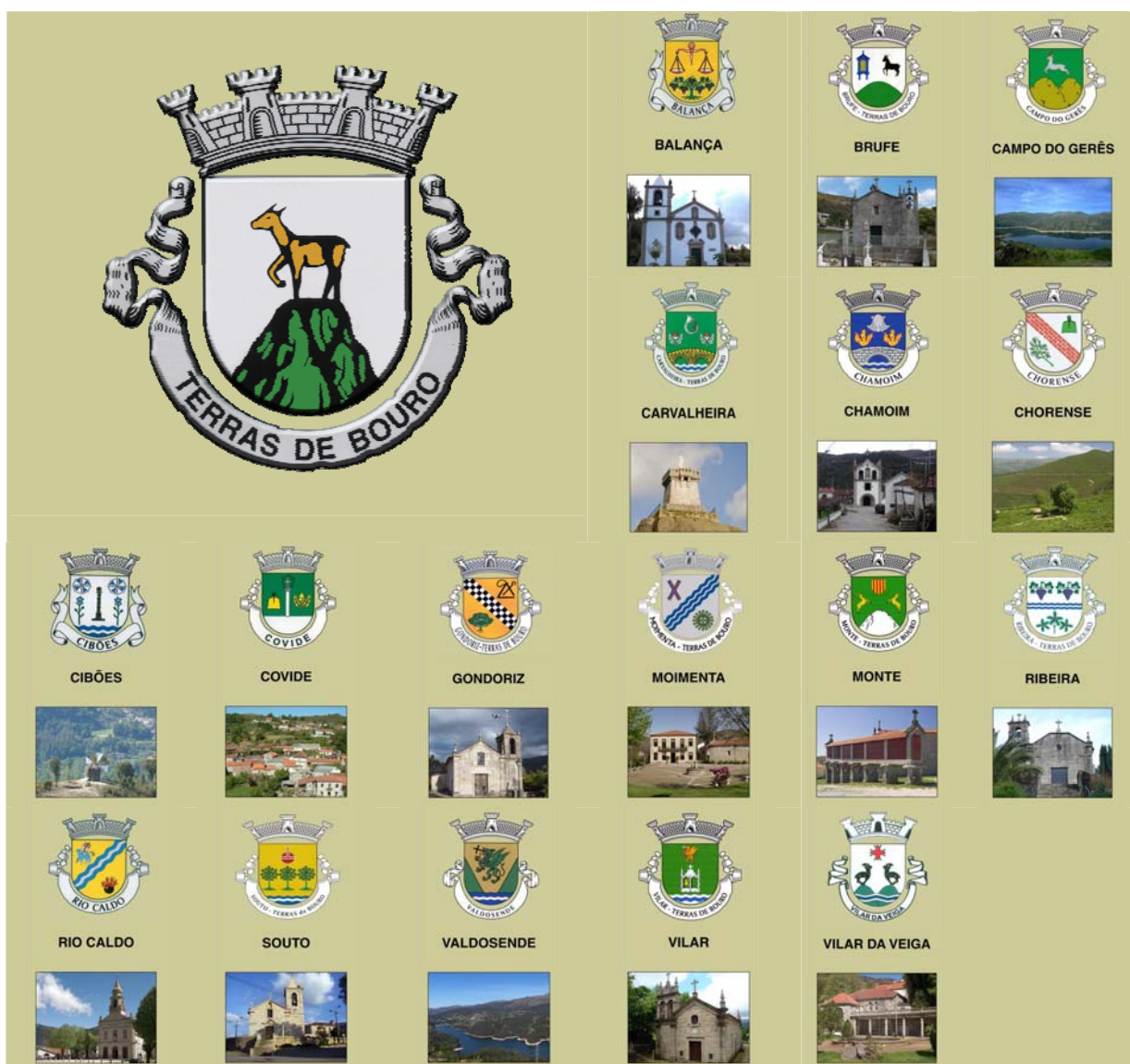


Município de Terras de Bouro

Documentos Previsionais



Grandes Opções do Plano e Orçamento

2010

Aprovação:

Câmara Municipal
Assembleia Municipal

17/12/2009

28/12/2009

ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Grandes Opções do Plano	5
3. Apoio às Juntas de Freguesia	13
4. Política orçamental	16
5. Execução dos Projectos	18
6. Financiamentos	18
7. Gestão do Pessoal	21
8. Mapas	
8.1. Resumo do Orçamento	27
8.2. Resumo das Receitas e das Despesas	28
8.3. Orçamento da Receita	29
8.4. Orçamento da Despesa	32
8.5. Resumo do Plano Plurianual de Investimentos	36
8.6. Plano Plurianual de Investimentos	37
9. Anexos	
9.1. Encargos com empréstimos	39
9.2. Declaração de voto	41

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeadamente da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos os documentos com as **Grandes Opções do Plano (GOP)** e o **Orçamento do Município (OM) para o ano de 2010**, que contêm o **Plano de Investimentos** e as **Opções Estratégicas** que queremos ver concretizadas num futuro próximo. As nossas propostas procuram concretizar o compromisso político que apresentámos aos Terrabourenses e que estes sufragaram maioritariamente, no passado dia 11 de Outubro.

O Plano foi elaborado com o contributo dos senhores Presidentes e membros das Juntas de Freguesia, que apelaram, sobretudo, à resolução das situações prioritárias nas respectivas freguesias. Nos próximos anos, pretendemos que este documento tenha também o contributo dos Terrabourenses que queiram aceitar o desafio de participar na sua elaboração, através do “sítio” da autarquia na Internet. Vamos proporcionar essa possibilidade ao melhorarmos esse “sítio”, apostando na valorização da democracia participativa.

A apresentação destes documentos previsionais ocorre num contexto de início de mandato (2009-2013) e numa conjuntura de crise financeira, económica e social que afecta gravemente o país e a nossa região, e que continuará certamente a repercutir-se no próximo ano nos orçamentos das famílias, com o desemprego a assumir a mais grave das preocupações. Por isso, a Câmara Municipal não vai aumentar as taxas, tarifas e licenças municipais para o próximo ano.

As nossas propostas de actividades assentam no diagnóstico que fizemos do nosso concelho. Concluiremos as obras municipais em curso: a piscina municipal (com possíveis alterações ao projecto), o núcleo museológico do Campo do Gerês e o pavilhão gimnodesportivo de Terras de Bouro. Abandonaremos, reformularemos ou adiaremos os projectos que, ainda em fase inicial ou embrionária, consideramos de utilidade duvidosa e de grande “esforço” financeiro, como o “Natur Parque” de Vilarinho da Furna e a construção da Biblioteca Municipal. Iniciaremos a concretização dos projectos que julgamos prioritários: criação de zonas para construção de habitação própria e de habitação social, alargamento e beneficiação das redes de água e saneamento, beneficiação da rede viária municipal, construção da “variante de Covide”,

requalificação de espaços públicos, construção de praias fluviais e áreas de lazer, criação de parques de localização empresarial, entre outros. **Apostaremos, sobretudo, nas obras que exijam pouco esforço financeiro e que possam promover a fixação e a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações.**

Procuraremos encontrar soluções para a dinamização de estruturas que, segundo a nossa opinião, foram construídas sem uma avaliação rigorosa da sua prioridade e eficácia, como é o caso do Centro Interpretativo do Garrano, da Casa de Latim, do Museu da Geira e da Galeria dos Miliários.

Queremos trabalhar para valorizar o nosso concelho e construir um futuro melhor para todos. Sabemos que isso só é possível com o esforço, o empenho, a determinação e o rigor nas opções e nas despesas por parte das Assembleias e Juntas de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.

Por isso, é nosso objectivo estratégico valorizar o papel das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal na construção de um concelho mais próspero. Manteremos com as Juntas de Freguesia um diálogo constante e facultaremos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização das **obras prioritárias**. Solicitaremos à Assembleia Municipal a discussão dos assuntos que considerarmos de interesse para as populações e para o futuro do concelho e também o apoio e a orientação nas decisões de maior complexidade.

A nossa actuação será objecto de monitorização e avaliação permanente, ajustando-a a realidades e necessidades que, certamente, surgirão ao longo do ano.

A forma como elaborámos estes documentos, com objectivos e actividades bem definidas, permitirá à Assembleia Municipal e à população em geral uma avaliação sistemática do nosso trabalho de forma a melhorarmos a eficácia das nossas opções (corrigindo, alterando, abandonando ou iniciando novos projectos e actividades).

Terras de Bouro, 17 de Dezembro de 2009

O Presidente da Câmara Municipal



(Joaquim José Cracel Viana)

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 assentam nos seguintes objectivos estratégicos para o nosso concelho:

- Promover o emprego;
- Combater a perda de população;
- Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações;
- Tornar o concelho atractivo ao turismo e ao investimento;
- Equilibrar as contas do Município.

Face a estes objectivos, apostaremos na criação de emprego, na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, na construção de habitação, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização do turismo, na promoção do concelho, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município.

A preocupante situação financeira do nosso concelho exige dos autarcas a selecção criteriosa das obras prioritárias e exequíveis. Os recursos financeiros municipais são limitados e, para que o futuro não seja hipotecado, é nosso objectivo equilibrar as contas do Município. Neste momento, a dívida à banca é de 5.500.334,35 € o que acarretará uma despesa em juros e amortizações, no ano de 2010, no montante de 474.578,92 €. A dívida a fornecedores de Imobilizado é de 866.588,21 € e a dívida a fornecedores c/c é de 179.245,34 €. Os apoios financeiros já deliberados pelo Executivo ou solicitados pelas Juntas de Freguesia ultrapassam, tanto quanto sabemos, os 105.813,61 €. Os pagamentos a fornecedores estão atrasados cerca de 6 meses. É certo que, neste momento (dia 17/12/2009), há valores a receber pelo município relativos a comparticipações comunitárias de obras que rondam os 550.000,00 €. A entrada destas comparticipações atenuará o montante da dívida. É nosso propósito, ao longo de 2010, reduzir para três meses o prazo de pagamento a fornecedores. As transferências para as Juntas de Freguesia serão concretizadas no prazo de dois meses após a conclusão das obras.

Procurando responder às necessidades da população que consideramos prioritárias, e tendo em consideração o contexto de crise que nos afecta (crise económica, social e orçamental), apresentamos, a seguir, as actividades e intervenções que pretendemos realizar ao longo de 2010.

EMPREGO

O nosso concelho apresenta sérios constrangimentos em termos de atracção económica, e consequente criação de emprego, que resulta das fracas vias de acesso aos grandes centros urbanos e dos condicionalismos impostos por vários regulamentos (REN, RAN, POPNPG, POAC, REDE NATURA 2000). A falta de emprego tem provocado o êxodo da população, sobretudo dos jovens que procuram soluções para a vida noutras paragens.

Com o objectivo de atenuar a falta de emprego, concretizaremos as seguintes actividades:

- Apoio a todas as iniciativas que visem a criação de emprego (aluguer “simbólico” de espaços municipais com condições para a fixação de empresas; facilidades, dentro da legalidade, nos processos de licenciamento; todas as medidas previstas na lei de apoio ou incentivo ao emprego);
- Criação de parques industriais e empresariais em zonas onde sejam possíveis (acautelados na actual revisão do PDM);
- Contactos com empresários de modo a fixar indústrias e empresas no concelho;
- Desenvolvimento do turismo como fonte de emprego (incentivo à construção de hotéis e de outros empreendimentos turísticos por parte de entidades particulares);
- Reivindicação de melhores estradas nacionais.

ACESSIBILIDADES

Uma boa rede de vias municipais e nacionais é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Por isso, empenhar-nos-emos na:

- Reivindicação da construção da via intermunicipal Homem/Lima;
- Reivindicação da rectificação da estrada Terras de Bouro – São Bento (Rio Caldo);
- Eliminação da “curva do Eiras” e construção de variante, em Covide;
- Reivindicação do melhoramento da estrada do Campo de Gerês a Leonte;
- Rectificação de vias municipais: Souto-Chorense, Gondoriz-Cibões-Brufe, Ermida, Gradouro-Carvalheira; Cruzeiro-Guarda, no Campo do Gerês;
- Pavimentação de diversos acessos e ruas em todas freguesias;
- Preservação de todas as vias no interior do concelho (construção e limpeza de bermas e aquedutos) e construção ou beneficiação de abrigos de passageiros em vários locais.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento domiciliário de água é um direito básico das populações. Frequentemente surgem problemas no abastecimento de água em várias freguesias, sobretudo no Verão, o que acarreta situações intoleráveis para os munícipes. Para resolver as situações mais preocupantes, efectuaremos a construção de novos depósitos de água e a reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água de modo a resolver problemas que se arrastam no tempo.

SANEAMENTO BÁSICO

Realizaremos intervenções em várias freguesias. A nossa preocupação irá naturalmente para as zonas em que os sistemas tradicionais já não se mostram eficazes. Vamos colocar ETAR.s de modo a resolver os problemas ambientais.

HABITAÇÃO

Vivemos no nosso concelho (e no país) uma crise de construção de habitação. As limitações impostas pelo actual PDM têm contribuído significativamente para a crise de habitação que atravessamos. Neste domínio, concretizaremos:

- A revisão do Plano Director Municipal (PDM);
- Incentivos à construção de habitação própria por parte de casais jovens (apresentaremos um regulamento municipal para o efeito, no primeiro trimestre de 2010).

TURISMO

Terras de Bouro é, por excelência, um município de natureza e ambiente. Face aos condicionalismos impostos por vários regulamentos (REN, RAN, POPNPG, POAC, REDE NATURA 2000), que não nos permitem a proliferação de parques industriais e empresariais, o Turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e a criação de emprego. As enormes potencialidades turísticas do nosso concelho levam-nos a apostar nas seguintes actividades:

- Dinamização dos equipamentos municipais: Postos de Turismo, Núcleo Museológico e “Porta” do PNPG, Centro Náutico de Rio Caldo, Centro de Animação na Vila do Gerês, Casa dos Bernardos, Centro Interpretativo do Garrano e Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos;

- Animação turística: trilhos pedestres, actividades culturais, desportivas e recreativas, animação de rua, etc.;
- Dinamização da “época baixa”: trilhos pedestres, passeios de BTT, festas, feiras, exposições, conferências, promoção da gastronomia, etc.;
- Promoção da higiene dos espaços (limpeza e recolha do lixo);
- Incentivo à construção de empreendimentos turísticos por parte de entidades particulares;
- Início da construção de praias fluviais.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os agricultores precisam do apoio da Câmara Municipal e não podemos abandoná-los nestes momentos de dificuldade. Por isso, vamos criar uma «Loja do Agricultor» com as seguintes funções/valências:

- Candidaturas a apoios financeiros, elaboração e candidatura de projectos, programas de formação e informação, seguros agrícolas, apoio jurídico, organização de eventos (feiras, exposições, visitas), etc.

CONSTRUÇÃO CIVIL E DEFESA DO AMBIENTE

Sabemos que muitos empreiteiros do concelho não dispõem de estaleiro próprio e sentem enormes dificuldades em depositar os inertes resultantes de construções ou demolições. As empresas do ramo aplicam taxas elevadas para a recolha desses inertes, o que leva muitos empreiteiros a livrarem-se deles em locais impróprios, prejudicando o ambiente. É uma realidade que não podemos ignorar. Procurando resolver este problema, tomaremos a seguinte medida:

- Construção de dois “estaleiros municipais” de inertes, um no vale do Homem e outro no vale do Cavado, para armazenamento dos Resíduos de Construções e Demolições (RCD).

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Consideramos importante a requalificação de alguns espaços públicos em várias freguesias de modo a facilitar a vida das pessoas (por ex., estacionamento) e a tornar atractiva essa localidade. Por isso, apostaremos na:

- Requalificação urbanística de espaços públicos em várias freguesias;

- Edificação de espaços ao ar livre com condições para a realização de mercados, festas, e exposições (prioridade: Vila do Gerês).

PATRIMÓNIO EDIFICADO

Respeitar e preservar o património público edificado é uma obrigação de todos. A Câmara Municipal tem de ser o garante dessa preservação e, por isso, prestará o apoio técnico e financeiro na:

- Conservação do património concelhio constituído pelas igrejas, capelas, espigueiros, cruzeiros, eiras, pontes, moinhos, lagares, etc.;
- Recuperação das escolas primárias para sedes de Associações ou Instituições, para actividades das Juntas de Freguesia, para museus locais, para salas de actividades culturais, para locais de convívio, etc.

EDUCAÇÃO E CULTURA

A educação e a cultura são os alicerces do futuro e as marcas mais identificativas de uma comunidade. Consciente da enorme importância destes “valores sociais”, a Câmara Municipal desenvolverá as seguintes iniciativas:

- Melhorar as condições de ensino e aprendizagem nas escolas e jardins-de-infância (colaborando com os Agrupamentos de Escolas do concelho na resolução de situações e problemas que dificultem os objectivos da educação);
- Elaborar o projecto e concretizar a candidatura do Centro Escolar do Agrupamento de Escolas de Rio Caldo, de modo a melhorar as condições físicas e humanas da educação no vale do Cávado;
- Promover a “Acção Social Escolar” no ensino básico e secundário: comparticipação no pagamento dos manuais escolares e das refeições, apoio psicopedagógico, apoio específico aos alunos com necessidades educativas especiais (mantêm-se as normas definidas pelo Ministério da Educação e os princípios orientadores/normativos em vigor na Câmara Municipal de Terras de Bouro);
- Apoiar as actividades de enriquecimento curricular (aquisição de manuais de língua inglesa, transporte dos alunos para diversas actividades, etc.);
- Disponibilizar uma rede segura e eficaz de transportes escolares para todos os alunos e apoiar as famílias carenciadas;

- Apoiar os alunos do ensino superior (apoio aos alunos conforme o regulamento municipal para o efeito; realização de estágios curriculares e profissionais para os alunos do concelho);
- Manter e melhorar a dinâmica da Escola Profissional “Amar Terra Verde”, concretizando a candidatura para a construção do pólo da Vila de Terras de Bouro;
- Promover ou apoiar os cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Comemorar o Centenário da Implantação da República (5 de Outubro de 2010);
- Comemorar o Dia do Concelho (20 de Outubro);
- Realizar eventos potenciadores das nossas tradições, dos nossos usos e costumes, da nossa memória, da nossa história e dos produtos locais (festas, feiras, exposições, comemorações, etc.);
- Promover actividades que reforcem a identidade e o conhecimento do concelho por parte das nossas crianças, jovens e idosos (passeios pelo concelho, concursos concelhios, encontros recreativos e culturais, etc.).

TERCEIRA IDADE

No sentido de promover uma velhice digna e feliz, a Câmara Municipal dinamizará ou apoiará as seguintes iniciativas e projectos:

- Projecto “Bem Envelhecer”;
- Actividades recreativas e culturais com os idosos do concelho;
- Construção de Lares para idosos (apoio técnico e financeiro);
- Apoio técnico e financeiro a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho.

JUVENTUDE

Um dos graves problemas do nosso concelho é a falta de respostas aos anseios dos jovens. Por isso, os jovens fogem e a população diminui e envelhece. Procuraremos atenuar esta preocupante situação através das seguintes iniciativas:

- Criação de uma estrutura de apoio aos Jovens (Espaço JOVEM), com os seguintes objectivos:
 - Orientar e apoiar os jovens na procura de emprego e na criação de empresas;
 - Desenvolver actividades de ocupação de tempos livres;
 - Incentivar a construção de habitação própria (será elaborado um regulamento municipal para o efeito).

- Divulgação do «Cartão Jovem Municipal» que possibilitará descontos na piscina municipal, nos museus e noutras estruturas municipais.

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

No sentido de fomentar a prática desportiva, melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionar momentos e locais de ocupação de tempos livres e de férias escolares, a Câmara Municipal promoverá:

- Requalificação de espaços desportivos e estruturas de apoio em várias freguesias;
- Realização do Torneio Concelhio de Futsal;
- Organização de um programa infanto-juvenil, durante as férias escolares do Verão, para promover e reforçar a identidade e o conhecimento do concelho por parte das nossas crianças e jovens;
- Início da construção de praias fluviais.

ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Quanto à «Acção Social», já referimos atrás o apoio às crianças, aos idosos e às famílias carenciadas, bem como a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho. Procuraremos também implementar no concelho um «Serviço de Cuidados Continuados».

Relativamente à Saúde, empenhar-nos-emos na concretização de parcerias com as autoridades de Saúde que promovam um «Serviço Concelhio de Saúde», que constará de um atendimento médico por freguesias.

SERVIÇOS MUNICIPAIS

Para melhorar a eficácia dos serviços municipais, iremos:

- Continuar o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do melhor e maior aproveitamento das novas tecnologias;
- Melhorar o “sítio” do município na Internet e promover o acesso dos munícipes à informação, sobre os eventos concelhios e serviços municipais;
- Descentralizar os serviços municipais: Vilar da Veiga, Rio Caldo, Covide (Casa de Latim – em estudo).

OBRAS E PROJECTOS MUNICIPAIS

Com a mudança verificada no Executivo e na Assembleia Municipal, resultante das últimas eleições autárquicas, é natural que os projectos do Executivo anterior sejam avaliados, reformulados ou até abandonados. As obras concluídas (Centro Interpretativo do Garrano) ou em fase de conclusão (Museu da Geira, Galeria dos Miliários, Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos) merecerão o nosso empenho e esforço de forma a torná-las dinâmicas e rentáveis. O mesmo não se passa com os projectos em fase inicial ou a médio e longo prazo. Quanto a estes, assiste-nos o direito de avaliar a sua pertinência e eficácia e de tomar decisões sobre a sua continuidade ou não, auscultada a Assembleia Municipal.

Por isso, importa clarificar a situação de todas as obras e projectos geridos pelo Município e que têm ou poderão ter influência directa no Orçamento do Município para o ano de 2010 e anos seguintes.

Obra ou Projecto	Investimento	Situação actual	Obs.
Museu da Geira	824.250,00 €	Em fase de conclusão	Valor dos trabalhos a mais: 130.924,50
Galeria dos Miliários	273.837,02 €	Em fase de conclusão	Valor dos trabalhos a mais: 7.524,32
Piscina Municipal	1.363.845,00 € (+ 60.000,00 € de alteração do projecto)	Em construção, sem financiamento garantido	Existe uma candidatura não aprovada que poderá atribuir um apoio de cerca de 500.000,00 € Estamos a procurar mais apoios financeiros junto do Governo.
Pavilhão gimnodesportivo (Vila de Terras de Bouro)	1.044.445,00 €	Em fase de conclusão, sem financiamento garantido	Existe uma candidatura não aprovada (ON2) que poderá financiar 70% do valor total. Falta, ainda, adquirir todo o equipamento para a prática de várias modalidades desportivas (cerca de 20.000,00 €)
Construção e Requalificação do Parque do Ribeiro das Gordairas (Vila de Terras de Bouro)	1.271.881,94 €	Aprovado, com possibilidade de 70% de financiamento	(Projecto a concretizar)
Natur Parque VF (1.ª fase – limpeza do trilho, estudos, projectos e ordenados)	1.137.976,70 €	Aprovado, com possibilidade de 75% de financiamento	(Projecto a abandonar)
Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos – Monte	32.174,01 €	Em fase de conclusão	Projecto financiado em 70%
Arranjo urbanístico das margens da albufeira da Caniçada (2.ª fase)	1.693.000,00 €	Ainda não há projecto para candidatar	(Projecto a concretizar)
Construção/beneficiação da rede viária municipal (1.ª fase)	1.411.577,00 €	A decorrer	Será lançada a 2.ª fase deste projecto para mais vias municipais
Centro Escolar R. Caldo	960.000,00 €	Ainda não há projecto para candidatar	(Projecto a concretizar)
Jardins-de-infância de Paredes (Rio Caldo) e de Moimenta	510.000,00 €	Ainda não há projectos para candidatar	(Projectos a concretizar)
Rede de drenagem de águas residuais (saneamento básico)	2.070.000,00 €	Em preparação	(Projecto a concretizar)
Eliminação dos Pontos Negros (curva do Eiras) / Construção de variante em Covide.	300.000,00 €	Projecto não candidatado	(Projecto a concretizar)
Construção da Biblioteca Municipal	1.749.653,55 €	Projecto candidatado	(Projecto em avaliação)

Obra ou Projecto	Investimento	Situação actual	Obs.
Centro de Dinamização Empresarial de Produtos Regionais	1.000.000,00 €	Ainda não há projecto para candidatar	(Projecto em avaliação)
Central de Camionagem (vila de Terras de Bouro)	250.000,00 €	Ainda não há terreno nem projecto para candidatar	(Projecto em avaliação)
Recuperação de antigas escolas primárias para turismo rural	300.000,00 €	Não há projectos para candidatar	(Projecto a abandonar)
Praias fluviais	-----	-----	(Projectos a iniciar)
Arranjos urbanísticos em várias freguesias	-----	-----	(Projectos a iniciar)

3. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Vamos estabelecer protocolos com as **Juntas de Freguesia** para a execução de obras por administração directa ou transferência para a respectiva Junta. A resolução urgente dos problemas de abastecimento de água e da rede de saneamento básico, assinalados por várias Juntas de Freguesia, será da responsabilidade da Câmara Municipal. Tendo em conta as restantes obras prioritárias destacadas nos Planos de Actividades das Juntas de Freguesia e reforçadas nas reuniões de trabalho para o efeito, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização das seguintes obras:

Balança

- Recuperação do Centro Social para espaço de convívio de idosos;
- Beneficiação do parque desportivo (iluminação, piso e balneários);
- Alargamento de vias de acesso e pavimentações.

Brufe

- Construção da capela mortuária;
- Conclusão das obras do palco;
- Alargamento de caminhos agrícolas.

Campo do Gerês

- Transformação de uma sala da escola primária em posto de informação turística, venda de artesanato e serviço de multibanco;
- Arranjo urbanístico do Largo do Fijogo;
- Pavimentação de vias de acesso.

Carvalheira

- Arranjo do espaço envolvente ao tanque público no lugar de Ervedeiros;
- Cobertura de tanques públicos;
- Pavimentação de vias de acesso.

Chamoim

- Ampliação do cemitério;
- Requalificação do lugar de Padrós;
- Pavimentação de vias de acesso (Pergoim).

Chorense

- Arranjo urbanístico do largo da igreja paroquial;
- Pavimentação de vias de acesso.

Cibões

- Construção da capela mortuária;
- Arranjo urbanístico do espaço em frente ao Centro Social e à igreja;
- Pavimentação de vias de acesso.

Covide

- Construção de passeios para peões;
- Início da construção da variante que eliminará a “curva do Eiras”;
- Arranjo urbanístico junto à capela de Santa Eufêmea;
- Pavimentação de vias de acesso.

Gondoriz

- Construção da capela mortuária;
- Arranjo urbanístico do espaço entre a estrada municipal, a igreja e o cemitério;
- Requalificação das ruas no lugar de Bustelo;
- Pavimentação de vias de acesso.

Moimenta

- Candidatura do projecto da sede da Junta de Freguesia;
- Passeios para peões;
- Pavimentação de vias de acesso.

Monte (Santa Isabel)

- Construção da capela mortuária;
- Arranjo dos lavadouros públicos;
- Arranjo dos muros do cemitério;
- Pavimentação de vias de acesso.

Ribeira

- Construção de muros (Lugares do Outeiro, Casal de Baixo e Casal de Cima);
- Construção da capela mortuária;
- Construção de aquedutos, valetas, acessos e vedações de terrenos particulares na estrada para Sta. Cruz.

Rio Caldo

- Arranjo urbanístico da zona do Tanquinho, em Paredes;
- Ampliação da garagem/armazém da Junta de Freguesia;
- Início da construção da praia fluvial da Barca;
- Início do processo de requalificação do espaço entre o cemitério e a igreja paroquial;
- Pavimentação de vias de acesso.

Souto

- Conclusão das obras do polidesportivo (2.^a fase);
- Construção de passeios para peões;
- Alargamento e pavimentação do caminho de Sá;
- Pavimentação de vias de acesso.

Valdosende

- Arranjo do acesso e zona envolvente à sede da Junta;
- Início da construção da praia fluvial do Chamadouro;

- Arranjo urbanístico do Bairro da EDP;
- Pavimentação de vias de acesso.

Vilar

- Arranjo urbanístico do largo da capela de Travassos;
- Construção de passeios para peões;
- Pavimentação de vias de acesso.

Vilar da Veiga

- Alargamento do cemitério de Pereiró;
- Arranjo no cemitério do Gerês;
- Recuperação do “Banco do Ramalho”;
- Pavimentação de vias de acesso.

4. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A frágil situação financeira do Município obriga-nos a uma política rigorosa na execução orçamental. Assim, propomo-nos:

- a) Executar as obras consideradas prioritárias;
- b) Iniciar os projectos considerados prioritários tendo em conta os objectivos estratégicos para o nosso concelho;
- c) Executar uma política rigorosa de apoios económicos (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- d) Executar uma política rigorosa de atribuição de subsídios (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- e) Reduzir em 10% as despesas com o parque automóvel;
- f) Reduzir em 20% as despesas com as Festas Concelhias e reduzir as despesas com outros eventos organizados pelo Município.

Princípios orientadores dos apoios económicos para o ano de 2010

Tendo em vista uma política rigorosa e transparente na atribuição dos apoios económicos para o ano de 2010, traçamos os seguintes princípios:

- a) A Câmara Municipal apoiará economicamente:

- As pessoas e entidades abrangidas pelos regulamentos municipais ou normativos em vigor (acção social escolar; actividades de enriquecimento curricular; actividades de tempos livres; ensino especial; alunos do ensino superior; incentivo à natalidade, etc.);
- As pessoas e entidades que apresentem obras literárias ou de investigação de valor significativo para a história do concelho (por exemplo, a CM poderá apoiar a publicação de obras de investigação e de estudo que contribuam para o enriquecimento do espólio cultural, etnográfico, toponímico, etc., do concelho).

Princípios orientadores da atribuição de subsídios para o ano de 2010

Tendo em vista uma política rigorosa e transparente na atribuição de subsídios para o ano de 2010, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal subsidiará:

- Os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro;
- Os três núcleos da Cruz Vermelha Portuguesa;
- As Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- A Banda Musical de Carvalheira;
- Os Grupos, Clubes e Associações com modalidades desportivas federadas e que participem em campeonatos nacionais, regionais ou distritais;
- Todas as Associações, Grupos e Clubes do concelho sem fins lucrativos (excepto as actividades recreativas);
- A Comissão de Festas da Vila do Gerês (só as festas mais significativas nas duas vilas do concelho terão apoio financeiro: as Festas Concelhias em honra de S. Brás, na vila de Terras de Bouro, e a Festa em honra de S.ta Eufêmea, na vila do Gerês);
- A participação de entidades públicas sem fins lucrativos em feiras e exposições com relevante interesse para o concelho;
- As instituições não sedeadas no concelho, mas que promovam actividades ou iniciativas que divulguem o concelho (montante máximo do apoio: 750,00 €);
- Instituições de carácter humanitário não sedeadas no concelho.

b) A Câmara Municipal não subsidiará:

- Qualquer actividade ou iniciativa de pessoas a título individual;
- As actividades recreativas de qualquer instituição ou associação (festas, convívios, prendas, passeios, almoços, jantares, etc.);

- A aquisição de carrinhas e de outros meios de transporte por parte de qualquer entidade (exceptuando ambulâncias para os Bombeiros e Núcleos da Cruz Vermelha);
 - Qualquer actividade ou iniciativa das instituições e associações com fins lucrativos;
 - As Comissões de Festas (exceptuando as duas vilas do concelho).
- c) As situações omissas serão analisadas e avaliadas pelo Executivo Municipal.

5. EXECUÇÃO DOS PROJECTOS

A Câmara Municipal seguirá, para execução dos projectos constantes do presente plano, as normas legais vigentes, valendo-se da administração directa, ajuste directo, ou Concurso Público, previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as posteriores alterações e legislação complementar.

A Câmara Municipal poderá protocolar com as Juntas de Freguesia a execução de alguns projectos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes o respectivo financiamento nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para o que se solicita, desde já, a anuência da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Estes projectos referir-se-ão a obras/intervenções de carácter urgente, a estabelecer-se por protocolo, para o que se propõe, como referência, **um limite de 50.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

6. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração a Lei das Finanças Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas e a exemplo dos anos anteriores as seguintes receitas:

1. Receita própria do Município	2.041.000,00 €	17,32 %
2. FEF, FSM e IRS (correntes e de capital)	5.910.034,00 €	50,15 %
3. Outras Transferências	1.494.650,00 €	12,68 %
4. FEDER; PO-NORTE; FSE	2.335.000,00 €	19,81 %
5. Empréstimos	4.000,00€	0,03 %
6. Reposições	5,00 €	0,00 %
TOTAL DA RECEITA	11.784.689,00€	

Despesas com financiamento assegurado:

1. Pessoal	3.773.289,00 €	32,02 %
2. Encargos com Empréstimos	560.000,00 €	4,75 %
3. Outras despesas de funcionamento	2.664.900,00 €	22,61 %
4. Despesas de Plano	4.786.500,00 €	40,62 %
TOTAL DA DESPESA	11.784.689,00 €	

Para acorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, a Câmara Municipal poderá ter a necessidade de se socorrer de empréstimos de curto prazo. Para o efeito, solicita-se, desde já, **a anuência da Assembleia Municipal para**, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 53.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **recorrer a este instrumento de gestão até 500.000,00 €, para empréstimos de curto prazo**, sempre com o respeito pelos limites ao endividamento fixados pela Lei da Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme preceituado na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações dadas pelos Decretos-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e 315/2000, de 2 de Dezembro.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação directa, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efectivamente arrecadadas, tendo em atenção que não haverá alterações significativas no seu comportamento. Não será por demais referir que este método permite uma previsão das receitas mais correcta e contribui fortemente para o não empolamento do orçamento, com as devidas repercussões no equilíbrio da respectiva gestão.

No âmbito das receitas próprias do Município, define a Lei das Finanças Locais que *"Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território"*.

O produto desta receita destina-se a ser utilizado no financiamento da actividade municipal, quer directamente em investimentos, quer em outras despesas inerentes à prossecução dos seus objectivos, como seja em pessoal afecto às diversas actividades e investimentos, apoios a organizações ou instituições com intervenção no município ou, ainda, no desenvolvimento de iniciativas e acções em áreas da competência municipal.

Nestes termos, propõe-se o lançamento de uma derrama de 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Propõe-se, ainda, que, nos termos do n.º 4, do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Assembleia Municipal aprove uma taxa reduzida de derrama, de 0,05%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00.

O n.º 1 do artigo 20.º da Lei das Finanças Locais refere, ainda, que *“Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS”*.

Refere o n.º 2 do mesmo artigo que *“A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos”*.

Face ao exposto, seguindo a política do estabelecido para o IMI, propõe-se **a fixação da taxa de 5% como taxa pretendida pelo Município**. Esta verba será canalizada para **incentivos à natalidade** a serem atribuídos conforme regulamento aprovado durante o ano de 2009.

TRANSFERÊNCIAS

Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2009, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral do Estado para 2010, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais do POCAL.

Outras Transferências:

As restantes transferências correntes são calculadas com base nos elementos fornecidos pelos diversos serviços e tendo em consideração o seu comportamento em anos anteriores. Além destas, são criadas as seguintes rubricas residuais:

> Particulares:

- ♦ Indemnizações por prejuízos causados por terceiros – 2.000,00 €

> Reposições não abatidas nos pagamentos:

- ♦ Para fazer face às reposições provenientes da EDP – 5,00 €

> Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – €4.000,00 – destina-se somente à abertura das rubricas em sede de Orçamento, daí o seu valor residual.

A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente documento.

7. – GESTÃO DE PESSOAL

A publicação da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) – Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, veio alterar profundamente a gestão dos recursos humanos da administração pública.

Refere aquele Decreto-Lei que “*Os município e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro*” (n.º 1 do artigo 3.º). O n.º 2 do mesmo artigo refere que “*Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:*

- a) *Nos municípios, pela assembleia municipal;*
- b) *...*”

O artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008 refere que “*as verbas orçamentais dos órgãos e serviços afectas a despesas com pessoal destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos:*

- a) *Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;*
- b) *Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções.*”

No que diz respeito aos trabalhadores a recrutar, as respectivas verbas encontram-se inseridas no orçamento (rubrica 01.01.04.04 – Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho/Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho).

No que diz respeito à alteração de posição remuneratória dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, fixa-se um valor de 20.000,00 €, devidamente inscrito em orçamento na rubrica 01.01.04.03., assim distribuído:

Carreira Técnica Superior – 5.000,00 €

Carreira Assistente Técnico – 7.500,00 €

Carreira Assistente Operacional – 7.500,00 €

Face aos imperativos legais referidos, propõe-se que **a Assembleia Municipal delibere aprovar** o mapa de pessoal seguinte:

— Mapa de Pessoal 2010 —

Actividade	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
Gabinete de Apoio Pessoal							
Apoio Técnico e Administrativo							
Educação	Técnico Superior	1				Filosofia	
Administrativo	Assistente Técnico	1	1				
Serviço Municipal de Veterinária							
Médico Veterinário	Técnico Superior	1				Medicina Veterinária	
Equipamentos Turísticos							
Administrativo	Assistente Técnico	1					
Mestre de Tráfego Fluvial	Assistente Operacional	1					
Motorista Prático de Tráfego Fluvial	Assistente Operacional		1	1			
Leitor cobrador de consumos	Assistente Operacional	2					
Auxiliar de Serviços Gerais	Assistente Operacional	7	2				
Gabinete de Inserção Profissional							
Animador de GIP	Técnico Superior		1	1		Biologia e Geologia	
Soma GAP		14	5	2			
Protecção Civil e Gabinete Técnico Florestal							
Protecção Civil							
Protecção civil	Técnico Superior			1		Administração Pública	
Gabinete Técnico Florestal							
Defesa da floresta	Técnico Superior	1				Eng. Agro-pecuária	
Soma PC e GTF		1		1			
Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho							
Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho							
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.	Técnico Superior	1				Higiene e segurança no trabalho	
Soma SHST		1					

Actividade	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
Gabinete de Apoio ao Investidor							
Gabinete de Apoio ao Investidor							
Economia	Técnico Superior		1	1		Filosofia e Desenv. empresas	
Ambiente	Técnico Superior			1		Engenharia Ambiental	
Soma GAI			1	2			

Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso							
Apoio Administrativo							
Administrativo.	Assistente Técnico	1					
Julgado de Paz							
Jurista	Técnico Superior	1				Direito	
Administrativo.	Assistente Técnico	1					
Soma GAJc		3					

Divisão Administrativa e Financeira							
Dirigente	Chefe de Divisão	1					
Secção de Contabilidade							
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Contabilidade e Administração	Técnico Superior	1				Contabilidade	(a)
		1				Administração	
Administrativo	Assistente Técnico	2					
Secção de Taxas, Licenças e Expediente							
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Administrativo	Assistente Técnico	4					
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2					
Auxiliar de Serviços Gerais	Assistente Operacional	5					
Telefonista	Assistente Operacional	1					
Secção de Recursos Humanos							
Chefia	Coordenador Técnico	2					
Gestão de Recursos Humanos	Técnico Superior	1				Filosofia e Desenv. empresas	
Secção de Património e Aprovisionamento							
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Administrativo	Assistente Técnico		1				
	Técnico de Informática	1					
Tesouraria							
Tesoureiro	Coordenador Técnico	1					
Núcleo de Informática							
Técnico de informática.	Técnico de Informática	2					
	Assistente Operacional	1					
Soma DAF		28	1				

Divisão de Obras Municipais							
Dirigente	Chefe de Divisão	1					
Secção Administrativa							
Administrativo.	Assistente Técnico	2					
Secção de Obras Municipais							
Engenharia Civil	Técnico Superior	1				Engenharia Civil	(a)

Actividade	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
A. T. de Construção Civil	Assistente Técnico	2					
Encarregado	Encarregado Operacional	2					
Encarregado Parques Desp. Recreat.	Encarregado Operacional	1					
Trolha	Assistente Operacional	4					
Calceteiro; Trolha; Cantoneiro	Assistente Operacional	10	1				
Cozinheiro	Assistente Operacional	2					
Jardineiro	Assistente Operacional	1					
Armazéns e Viaturas							
Encarregado do Parque de Máquinas e Viaturas	Encarregado Operacional	1					
Fiel de Armazém.	Assistente técnico	1					
Condutor de Maquinas Pesadas e Veículos Especiais	Assistente Operacional	1					
Motorista de transportes colectivos	Assistente Operacional	5					
Motorista de Ligeiros	Assistente Operacional	4					
Lavador de automóveis	Assistente Operacional	2					
Tractorista	Assistente Operacional	1	1				
Reprografia							
Operador de Reprografia	Assistente Operacional	1					
Soma DOM		42	2				

Divisão de Planeamento e Urbanismo							
Dirigente	Chefe de Divisão	1					
Secção Administrativa							
Administrativo	Assistente Técnico	2					
Secção de Obras Particulares							
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Arquitectura	Técnico Superior	1				Arquitectura	
Administrativo	Assistente Técnico	2					
Desenho e Topografia							
Topógrafo	Técnico Superior	1				Topografia	
Desenhador	Técnico de Informática	1					
	Assistente Técnico	1					
Fiscal de Obras	Assistente Operacional			1			
Planeamento e Desenvolvimento							
Engenharia Civil	Técnico Superior	1				Engenharia civil	(a)
		1					
Arquitectura	Técnico Superior	1				Arquitectura	
Soma DPU		13		1			

Divisão de Saneamento Básico e Ambiente							
Dirigente	Chefe de Divisão	1					
Secção Administrativa							
Administrativo	Assistente Técnico	1					
Águas, Saneamento e Serviços Urbanos							
Engenharia Civil	Técnico Superior	1				Engenharia Civil	(a)
		1					
Chefe de Serviços de Cemitério	Coordenador Técnico	1					

Actividade	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1					
Administrativo	Assistente Técnico	1					
Chefe de Serviços de Limpeza	Encarregado Operacional	2					
Trolha; Cantoneiro; Canalisador	Assistente Operacional	15	1	1			
Marteleiro	Assistente Operacional	1					
Operador de estações elevatórias de tratamento e depuração	Assistente Operacional	2		1			
Leitor Cobrador de Consumos	Assistente Operacional	2					
Montador Electricista	Assistente Operacional	1					
Ambiente							
Ambiente	Técnico Superior		1	1		Engenharia Ambiente	
Administrativo	Assistente Técnico		1				
Soma DSBA		30	3	3			

Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural							
Dirigente	Chefe de Divisão	1					
Secção Administrativa							
Administrativo	Coordenador Técnico	1					
Auxiliar Administrativo	Assistente Operacional			1			
Serviços de Acção Social, Saúde e Educação							
Acção Social	Técnico Superior	1				Sociologia	
				1		Serviço Social	
Serviços Culturais							
Relações Públicas	Técnico Superior	1				Relações Internacionais	(a)
Arquivos, Bibliotecas e Museus							
Museografia	Assistente Técnico	1					
Administrativo	Assistente Técnico	1					
Auxiliar técnico de museografia	Assistente Operacional	2		1			
Turismo							
Turismo	Técnico Superior	2				Turismo	
						Educação	
Animador de espaço Internet	Assistente Técnico	1					
	Assistente Operacional	1					
Auxiliar técnico de turismo	Assistente Operacional	2					
Desporto e Tempos Livres							
Director técnico de Piscinas	Técnico Superior		1			Desporto	
Auxiliar	Assistente Operacional		3				
Património cultural							
Arqueologia	Técnico Superior	1				Arqueologia	
Soma DDSC		15	4	3			

Agrupamento de Escolas do Vale do Homem							
Administração escolar	Técnico Superior		1			Adm. Pública	
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Administrativo	Assistente Técnico	5	1	1			(b)
Chefia de pessoal auxiliar	Encarregado Operacional	1					
Auxiliar de Acção Educativa	Assistente Operacional	19	4	1			(c)

Actividade	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
Cozinheiro	Assistente Operacional	3	1	1			
Soma AEVH		29	7	3			

Agrupamento de Escolas de Rio Caldo							
Biblioteca e documentação	Técnico Superior		1			Educação	
Chefia	Coordenador Técnico	1					
Administrativo	Assistente Técnico	4	3	2			(b)
Chefia de pessoal auxiliar	Encarregado Operacional	1					
Auxiliar de acção educativa	Assistente Operacional	23					(c) (d)
Soma AERC		29	4	2			

(a) – Ocupante de posto de trabalho a exercer cargo dirigente em comissão de serviço.

(b) – Ocupante de posto de trabalho a exercer funções, em mobilidade interna, de coordenação.

(c) – Ocupante de posto de trabalho a exercer funções, em mobilidade interna, de encarregado.

(d) – Ocupante de posto de trabalho a exercer funções, em mobilidade interna, de Assistente Técnico.

Quadro – Resumo Mapa de Pessoal 2010:

Cargo / Carreira	Categoria	Postos de trabalho			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Dirigente	Chefe de Divisão	5			
Técnico Superior	Técnico Superior	21	6	6	
Técnico de Informática	Técnico de Informática	4			
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11			
	Assistente Técnico	34	7	3	
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	3			
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	8			
	Assistente Operacional	119	14	8	
Total Parcial		205	27	17	
Em comissão de serviço (Chefes de Divisão)		-5			
Em mobilidade interna		-5			
Total Geral		195	27	17	

8. MAPAS

8.1 - Resumo do Orçamento

RESUMO DO ORÇAMENTO

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	6.571.340,00	Correntes	6.568.189,00
De capital	5.213.344,00	De capital	5.216.500,00
Outras receitas.....	5,00	Outras Despesas.....	0,00
Total	11.784.689,00	Total	0,00
Serviços Municipalizados	0,00	Serviços Municipalizados	0,00
Total Geral	11.784.689,00	Total Geral	11.784.689,00

Órgão Executivo
Em 17 de Dezembro de 2009

Órgão Deliberativo
Em 28 de Dezembro de 2009

8.2 - Resumo das Receitas e das Despesas

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2010

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	537.000,00	4,56
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	42.000,00	0,36
03 CONTRIBUIÇÕES S. SOCIAL, A CGA E A ADSE		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	140.000,00	1,19
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	391.000,00	3,32
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.876.340,00	41,38
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	575.000,00	4,88
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	0,08
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.571.340,00	55,76
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	346.000,00	2,94
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.863.344,00	41,27
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	4.000,00	0,03
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5.213.344,00	44,24
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	0,00
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00	0,00
TOTAL GERAL	11.784.689,00	100,0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.773.289,00	32,02
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.072.900,00	17,59
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	130.000,00	1,10
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	345.000,00	2,93
05 SUBSÍDIOS	86.000,00	0,73
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.000,00	1,37
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.568.189,00	55,73
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.786.500,00	40,62
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS	430.000,00	3,65
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	5.216.500,00	44,27
TOTAL GERAL	11.784.689,00	100,0

8.3 - Orçamento da Receita

Código	Designação	Montante
RECEITAS CORRENTES		6.571.340,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	537.000,00
01.02	OUTROS	537.000,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	232.000,00
01.02.03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	72.000,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL S/ TRANSMISSÕES ONEROSAS IMÓVEIS	159.000,00
01.02.05	DERRAMA	63.000,00
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS	9.000,00
01.02.07.01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	2.000,00
01.02.07.02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	5.000,00
01.02.07.03	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS	2.000,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	2.000,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	42.000,00
02.02	OUTROS	42.000,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS L.	42.000,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	2.000,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	2.000,00
02.02.06.05	Publicidade	2.000,00
02.02.06.06	Saneamento	4.000,00
02.02.06.06.01	Saneamento - Taxa de Ligação	2.000,00
02.02.06.06.02	Saneamento - Conservação	2.000,00
02.02.06.99	Outros	32.000,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	2.000,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	2.000,00
02.02.06.99.99	OUTROS	28.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	140.000,00
04.01	TAXAS	131.000,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	131.000,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	2.000,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	13.000,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	2.000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte arma	2.000,00
04.01.23.06	Saneamento	25.000,00
04.01.23.99	Outros	87.000,00
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	2.000,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	2.000,00
04.01.23.99.99	Outras	83.000,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	9.000,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	9.000,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	391.000,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	18.000,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	18.000,00
05.10	RENDAS	373.000,00
05.10.01	TERRENOS	2.000,00
05.10.99	OUTROS	371.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.876.340,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.874.340,00
06.03.01	ESTADO	4.632.340,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.430.042,00

Código	Designação	Montante
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	149.950,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	43.348,00
06.03.01.99	Outros	1.009.000,00
06.03.01.99.01	DGAL	40.000,00
06.03.01.99.02	DREN	885.000,00
06.03.01.99.99	OUTROS	84.000,00
06.03.06	ESTADO – PART. COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANC.	217.000,00
06.03.06.01	FUNDO SOCIAL EUROPEU	217.000,00
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	25.000,00
06.08	FAMÍLIAS	2.000,00
06.08.01	FAMÍLIAS	2.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	575.000,00
07.01	VENDA DE BENS	200.000,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	106.000,00
07.01.11.03	ÁGUA	97.000,00
07.01.11.04	ELECTRICIDADE	9.000,00
07.01.99	OUTROS	94.000,00
07.02	SERVIÇOS	295.000,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	2.000,00
07.02.08	SERV. SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	158.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	16.000,00
07.02.09.01	Saneamento	2.000,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	2.000,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	2.000,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	6.000,00
07.02.09.05	Cemitérios	2.000,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	2.000,00
07.02.99	OUTROS	119.000,00
07.03	RENDAS	80.000,00
07.03.01	HABITAÇÕES	10.000,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	70.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00
08.01	OUTRAS	10.000,00
08.01.99	OUTRAS	10.000,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio	2.000,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrem	2.000,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	2.000,00
08.01.99.04	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO	2.000,00
08.01.99.99	Diversas	2.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		5.213.344,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	346.000,00
09.01	TERRENOS	60.000,00
09.01.06	ADM. PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	60.000,00
09.02	HABITAÇÕES	140.000,00
09.02.06	ADM. PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	140.000,00
09.03	EDIFÍCIOS	140.000,00
09.03.06	ADM. PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	140.000,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	6.000,00
09.04.06	ADM. PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	6.000,00
09.04.06.01	Equipamento de Transporte	2.000,00
09.04.06.02	Maquinaria e Equipamento	2.000,00
09.04.06.03	OUTROS	2.000,00

Código	Designação	Montante
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.863.344,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.863.344,00
10.03.01	ESTADO	2.359.944,00
10.03.01.01	Fundo Equilíbrio Financeiro	2.286.694,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	2.000,00
10.03.01.99	Outros	71.250,00
10.03.01.99.01	DREN	40.000,00
10.03.01.99.99	OUTROS	31.250,00
10.03.07	ESTADO – PART. COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANC.	2.118.000,00
10.03.07.01	FEDER/INTERREG	2.116.000,00
10.03.07.02	FEOGA	2.000,00
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	385.400,00
10.03.08.01	IFT - PITER	2.000,00
10.03.08.02	INH	383.400,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	4.000,00
12.02	TÍTULOS A CURTO PRAZO	2.000,00
12.02.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.000,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	2.000,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	2.000,00
OUTRAS RECEITAS		5,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
TOTAL DAS RECEITAS		11.784.689,00

Órgão Executivo
Em 17 de Dezembro de 2009

Órgão Deliberativo
Em 28 de Dezembro de 2009

8.4 - Orçamento da Despesa

Classificação económica	Designação	Montante
DESPESAS CORRENTES		6.568.189,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.773.289,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.063.089,00
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTARQUICOS	134.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	1.978.289,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	1.858.289,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	30.000,00
01.01.04.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	20.000,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	70.000,00
01.01.05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS	5.100,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	158.000,00
01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	130.000,00
01.01.06.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	200,00
01.01.06.03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	200,00
01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	27.600,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	7.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	86.100,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	39.000,00
01.01.11.01	Membros do Órgãos Autárquicos	39.000,00
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	290.600,00
01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS – REG. CONT. IND. DE TRABALHO	229.600,00
01.01.13.01.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	179.000,00
01.01.13.01.02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	50.600,00
01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	56.000,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	5.000,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	300.000,00
01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS – REG. CONT. IND. DE TRABALHO	268.000,00
01.01.14.01.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	246.000,00
01.01.14.01.02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	22.000,00
01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	32.000,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	64.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	101.400,00
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.100,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	60.000,00
01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.100,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	9.600,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	6.000,00
01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	2.000,00
01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM	1.000,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	20.600,00

Classificação económica	Designação	Montante
01.02.13.02	OUTROS	20.600,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	608.800,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	127.100,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	56.000,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	2.100,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	389.000,00
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	1.000,00
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	340.000,00
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	300.000,00
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	40.000,00
01.03.05.03	OUTROS	48.000,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	2.000,00
01.03.09	SEGUROS	31.500,00
01.03.09.01	SEGUROS - SEG AC. TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	28.500,00
01.03.09.02	SEGUROS - SEGUROS DE SAÚDE	3.000,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.100,00
01.03.10.01	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	1.000,00
01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.072.900,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	544.900,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	5.000,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	252.400,00
02.01.02.01	GASOLINA	37.000,00
02.01.02.02	GASÓLEO	191.400,00
02.01.02.99	OUTROS	24.000,00
02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	1.000,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	6.000,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	130.000,00
02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	5.000,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	5.000,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	36.500,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	3.000,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	11.000,00
02.01.16.03	Outros	11.000,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	7.000,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	3.000,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.000,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	1.000,00
02.01.21	OUTROS BENS	78.000,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.528.000,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	160.000,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	8.000,00
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	24.000,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	1.000,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	250.000,00
02.02.10	TRANSPORTES	240.000,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.000,00
02.02.12	SEGUROS	53.000,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.000,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	37.000,00
02.02.15	FORMAÇÃO	2.000,00

Classificação económica	Designação	Montante
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.000,00
02.02.17	PUBLICIDADE	22.000,00
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.000,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	38.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	250.000,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	20.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	419.000,00
02.02.25.01	ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA P/ DISTRIBUIÇÃO	179.000,00
02.02.25.02	OUTROS	240.000,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	130.000,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	130.000,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	130.000,00
03.01.03.01	SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A CURTO	5.000,00
03.01.03.02	SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A MÉDIO	125.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	345.000,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	11.000,00
04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	11.000,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	16.000,00
04.05.01	CONTINENTE	16.000,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	5.000,00
04.05.01.08	OUTROS	11.000,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	250.000,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	250.000,00
04.08	FAMÍLIAS	68.000,00
04.08.02	OUTRAS	68.000,00
04.08.02.01	FAMÍLIAS	68.000,00
05	SUBSÍDIOS	86.000,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00
05.01.01	PÚBLICAS	1.000,00
05.01.01.02	Outras	1.000,00
05.08	FAMÍLIAS	85.000,00
05.08.03	OUTRAS	85.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	161.000,00
06.02	DIVERSAS	161.000,00
06.02.03	OUTRAS	161.000,00
06.02.03.01	Restituições	51.000,00
06.02.03.02	IVA	100.000,00
06.02.03.04	Serviços Bancários	4.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	6.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		5.216.500,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.786.500,00
07.01	INVESTIMENTOS	2.536.000,00
07.01.01	TERRENOS	30.000,00
07.01.02	HABITAÇÕES	55.000,00
07.01.02.01	CONSTRUÇÃO	10.000,00
07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	45.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	223.000,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	80.000,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	30.000,00
07.01.03.05	ESCOLAS	72.000,00
07.01.03.06	LARES DE TERCEIRA IDADE	5.000,00

Classificação económica	Designação	Montante
07.01.03.07	OUTROS	16.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.361.000,00
07.01.04.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	10.000,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.301.000,00
07.01.04.13	OUTROS	15.000,00
07.01.04.99	OUTROS	35.000,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	120.000,00
07.01.06.02	OUTRO	120.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	200.000,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	200.000,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	84.000,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	203.000,00
07.01.10.02	OUTROS	203.000,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	80.000,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	2.250.500,00
07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	50.000,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	616.500,00
07.03.02.04	CRECHES	25.000,00
07.03.02.05	ESCOLAS	591.500,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	1.584.000,00
07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	127.000,00
07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	255.000,00
07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000,00
07.03.03.05	PARQUES E JARDINS	25.000,00
07.03.03.07	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	335.000,00
07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL	701.000,00
07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	50.000,00
07.03.03.12	CEMITÉRIOS	41.000,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	430.000,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5.000,00
10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	5.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	425.000,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	425.000,00
Total das Despesas		11.784.689,00

Órgão Executivo
Em 17 de Dezembro de 2009

Órgão Deliberativo
Em 28 de Dezembro de 2009

8.5 - Resumo do Plano Plurianual de Investimentos

Plano de Investimentos											
Objectivo	Descrição	Valor Realizado ATÉ 1 OUT.	Valor Realizado Prev. OUT A DEZ	Despesas de Investimento (PREVISÃO)							Total Previsto
				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2011	2012	2013	Outros	
01	EDUCAÇÃO	822.657,86		688.500,00	688.500,00		1.000.000,00	750.000,00			3.261.157,86
0101	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			25.000,00	25.000,00		50.000,00				75.000,00
0102	ENSINO BÁSICO	822.657,86		591.500,00	591.500,00		850.000,00	750.000,00			3.014.157,86
0103	ENSINO PROFISSIONAL			72.000,00	72.000,00		100.000,00				172.000,00
02	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	283.746,55		1.321.000,00	1.321.000,00		450.000,00	250.000,00			2.304.746,55
0201	CULTURA			20.000,00	20.000,00		200.000,00	200.000,00			420.000,00
0202	DESPORTO	283.746,55		1.301.000,00	1.301.000,00		250.000,00	50.000,00			1.884.746,55
03	ACÇÃO SOCIAL			45.000,00	45.000,00						45.000,00
0301	APOIO A CENTROS SOCIAIS			5.000,00	5.000,00						5.000,00
0302	APOIOS DE CARACTER SOCIAL			40.000,00	40.000,00						40.000,00
04	SAÚDE			1.000,00	1.000,00						1.000,00
0401	APOIO AOS POSTOS DE SAÚDE			1.000,00	1.000,00						1.000,00
05	HABITAÇÃO E URBANISMO	712.043,99		254.000,00	254.000,00		1.000.000,00	1.000.000,00			2.966.043,99
0501	HABITAÇÃO			15.000,00	15.000,00		200.000,00	200.000,00			415.000,00
0502	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	712.043,99		64.000,00	64.000,00		800.000,00	800.000,00			2.376.043,99
0503	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			50.000,00	50.000,00						50.000,00
0504	URBANIZAÇÃO			125.000,00	125.000,00						125.000,00
06	SANEAMENTO E SALUBRIDADE			296.000,00	296.000,00		200.000,00	200.000,00			696.000,00
0601	REDE DE ESGOTOS			255.000,00	255.000,00		200.000,00	200.000,00			655.000,00
0603	CEMITÉRIOS			41.000,00	41.000,00						41.000,00
07	PROTECÇÃO CIVIL			20.000,00	20.000,00						20.000,00
0701	BOMBEIROS			10.000,00	10.000,00						10.000,00
0702	SEGURANÇA PÚBLICA			10.000,00	10.000,00						10.000,00
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	301.186,11		450.000,00	450.000,00		200.000,00	200.000,00			1.151.186,11
0801	ÁGUA			330.000,00	330.000,00		200.000,00	200.000,00			730.000,00
0803	TURISMO	301.186,11		120.000,00	120.000,00						421.186,11
09	COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	2.056.214,01		770.000,00	770.000,00		600.000,00	400.000,00			3.826.214,01
0901	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	2.056.214,01		750.000,00	750.000,00		600.000,00	400.000,00			3.806.214,01
0902	TRANSPORTES			10.000,00	10.000,00						10.000,00
0903	ESTACIONAMENTO			10.000,00	10.000,00						10.000,00
10	DEFESA DO MEIO AMBIENTE			86.000,00	86.000,00		100.000,00				186.000,00
1001	DEFESA DO MEIO AMBIENTE			86.000,00	86.000,00		100.000,00				186.000,00
11	RENOV. CONS. DO PARQUE DE MÁQ. TRANS. E EQUIP.	46.576,39		855.000,00	855.000,00						901.576,39
1101	EQUIPAMENTO E MAQUINARIA	46.576,39		595.000,00	595.000,00						641.576,39
1102	MATERIAL DE TRANSPORTE			120.000,00	120.000,00						120.000,00
1103	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS			140.000,00	140.000,00						140.000,00
TOTAL GERAL		4.222.424,91		4.786.500,00	4.786.500,00		3.550.000,00	2.800.000,00			15.358.924,91

8.6 - Plano Plurianual de Investimentos

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. De Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
																Total	Definido	Não Definido	2011	2012	2013	Outros		
1.					Funções gerais									46.576,39			875.000,00	875.000,00						921.576,39
1.1.					Serviços gerais de administração pública									46.576,39			855.000,00	855.000,00						901.576,39
1.1.1.					Administração geral									46.576,39			855.000,00	855.000,00						901.576,39
1.1.1.		8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL	ADM. DIR.				O.AUT	01-01-2009	31-12-2010		46.576,39			595.000,00							641.576,39
1.1.1.	02/070107	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL													200.000,00						
1.1.1.	02/070108	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL													200.000,00						
1.1.1.	02/070109	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL													84.000,00						
1.1.1.	02/07011002	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL													111.000,00						
1.1.1.	02/07010602	1	2010	35	CÂMARA MUNICIPAL			100			01-01-2010	31-12-2010					120.000,00	120.000,00						120.000,00
1.1.1.		1	2010	32	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2010					80.000,00							80.000,00
1.1.1.	02/070101	1	2010	32	AQUISIÇÃO DE TERRENOS													30.000,00						
1.1.1.	02/070301	1	2010	32	AQUISIÇÃO DE TERRENOS													50.000,00						
1.1.1.	02/07010301	2	2010	33	REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	EMPREITADA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					60.000,00	60.000,00						60.000,00
1.2.					Segurança e ordem públicas												20.000,00	20.000,00						20.000,00
1.2.1.					Protecção civil e luta contra incêndios												20.000,00	20.000,00						20.000,00
1.2.1.	02/07010301	1	2010	21	INVESTIMENTOS NO SECTOR	OUTRA		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2010					10.000,00	10.000,00						10.000,00
1.2.1.	02/07010301	1	2010	22	INVESTIMENTOS NO SECTOR	OUTRA		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2010					10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.					Funções sociais									1.818.448,40			3.101.500,00	3.101.500,00		2.950.000,00	2.400.000,00			10.269.948,40
2.1.					Educação									822.657,86			688.500,00	688.500,00		1.000.000,00	750.000,00			3.261.157,86
2.1.1.					Ensino não superior									822.657,86			663.500,00	663.500,00		950.000,00	750.000,00			3.186.157,86
2.1.1.	02/07030205	5	2008	1	CENTRO ESCOLAR DO VALE DO HOMEM	EMPREITADA				DOM	01-07-2008	31-12-2010		822.657,86			500.000,00	500.000,00		100.000,00				1.422.657,86
2.1.1.	02/07030205	1	2010	2	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					60.000,00	60.000,00						60.000,00
2.1.1.	02/07030205	2	2010	3	CENTRO ESCOLAR DE RIO CALDO	EMPREITADA				DOM	01-01-2010	31-12-2010					31.500,00	31.500,00		750.000,00	750.000,00			1.531.500,00
2.1.1.	02/07010305	1	2010	4	ESCOLA PROFISSIONAL AMAR TERRA VERDE	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					72.000,00	72.000,00		100.000,00				172.000,00
2.1.2.					Serviços auxiliares de ensino												25.000,00	25.000,00		50.000,00				75.000,00
2.1.2.	02/07030204	1	2010	1	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					25.000,00	25.000,00		50.000,00				75.000,00
2.2.					Saúde												1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.2.1.					Serviços individuais de saúde												1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.2.1.	02/07010307	1	2010	10	APOIO AOS POSTOS DE SAÚDE	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.3.					Segurança e acção sociais												45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.3.2.					Acção social												45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.3.2.	02/07010306	1	2010	8	APOIO À CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIAIS	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.3.2.	02/07010203	1	2010	9	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS	OUTRA				O.AUT.	01-01-2010	31-12-2010					40.000,00	40.000,00						40.000,00
2.4.					Habitação e serviços colectivos									712.043,99			966.000,00	966.000,00		1.500.000,00	1.400.000,00			4.578.043,99
2.4.1.					Habitação												15.000,00	15.000,00		200.000,00	200.000,00			415.000,00
2.4.1.		6	2005														10.000,00	10.000,00		200.000,00	200.000,00			410.000,00
2.4.1.	02/07010201	608	2005	13	LOTEAMENTO DA CANIÇADA - VALDOSENDE	OUTRA				DPU	05-10-2000	31-12-2010					10.000,00	10.000,00		200.000,00	200.000,00			410.000,00
2.4.1.	02/07010203	1	2010	11	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.2.					Ordenamento do território									712.043,99			280.000,00	280.000,00		800.000,00	800.000,00			2.592.043,99
2.4.2.	02/07030301	8	2002	37	ARRANJO URBANÍSTICO DAS MARGENS DA ALBUFEIRA	OUTRA				DOM	01-01-2002	31-12-2010		653.005,24			1.000,00	1.000,00		500.000,00	500.000,00			1.654.005,24
2.4.2.	02/07011002	9	2002	38	ALTERAÇÃO E REVISÃO DO PDM	OUTRA		100		DPU	01-01-2002	31-12-2010		59.038,75			50.000,00	50.000,00						109.038,75
2.4.2.	02/07030301	17	2008	3	PARQUE URBANO - RIBEIRO DE GORDAIRAS					DOM	01-12-2008	31-12-2010					1.000,00	1.000,00		300.000,00	300.000,00			601.000,00
2.4.2.	02/07011002	1	2010	12	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS, PLANOS DE URBANIZAÇÃO/PORMENOR	OUTRA		100		DPU	01-01-2010	31-12-2010					12.000,00	12.000,00						12.000,00
2.4.2.	02/07030304	1	2010	19	REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					50.000,00	50.000,00						50.000,00
2.4.2.	02/07030301	1	2010	13	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS			100		DOM	01-01-2010	31-12-2010					125.000,00	125.000,00						125.000,00
2.4.2.	02/07030312	1	2010	14	REQUALIFICAÇÃO DE CEMITÉRIOS E CAPELAS MORTUÁRIAS	OUTRA		100		DSBA	01-01-2010	31-12-2010					41.000,00	41.000,00						41.000,00
2.4.3.					Saneamento												255.000,00	255.000,00		200.000,00	200.000,00			655.000,00
2.4.3.	02/07030302	1	2010	16	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	EMPREITADA				DSBA	01-01-2010	31-12-2010					250.000,00	250.000,00		200.000,00	200.000,00			650.000,00
2.4.3.	02/07030302	2	2010	20	CONTROLO DE QUALIDADE DE EFLUENTES	OUTRA		100		DSBA	01-01-2010	31-12-2010												

Documentos Previsionais																							2010	
Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		EX	Valor Realizado Até 1 Out.	Valor Realizado Prev. De Out a Dez.	Despesas de Investimento (PREVISÃO)							Total Previsto	
		Código	Ano	Número												Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
																Total	Definido	Não Definido	2011	2012	2013	Outros		
2.4.6.	02/07010499	2	2010	30	CONSTRUÇÃO DE 2 ESTALEIROS MUNICIPAIS DE INERTES (RCD)	EMPREITADA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				35.000,00	35.000,00		100.000,00				135.000,00	
2.4.6.		3	2010	31	DEFESA FLORESTAL	OUTRA		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2010				6.000,00							6.000,00	
2.4.6.	02/07030307	3	2010	31	DEFESA FLORESTAL												5.000,00							
2.4.6.	02/07030308	3	2010	31	DEFESA FLORESTAL												1.000,00							
2.4.6.		4	2010	36	REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	OUTRA		100		DDSC	01-01-2010	31-12-2010				30.000,00							30.000,00	
2.4.6.	02/07010307	4	2010	36	REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL												15.000,00							
2.4.6.	02/07010413	4	2010	36	REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL												15.000,00							
2.5.					Serviços culturais, recreativos e religiosos									283.746,55		1.401.000,00	1.401.000,00		450.000,00	250.000,00			2.384.746,55	
2.5.1.					Cultura											20.000,00	20.000,00		200.000,00	200.000,00			420.000,00	
2.5.1.	02/07010302	1	2010	5	REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.5.1.	02/07010302	2	2010	18	CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	EMPREITADA				DOM	01-01-2010	31-12-2010				10.000,00	10.000,00		200.000,00	200.000,00			410.000,00	
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer									283.746,55		1.381.000,00	1.381.000,00		250.000,00	50.000,00			1.964.746,55	
2.5.2.	02/07010406	9	2002	161	PISCINA COBERTA NA SEDE DO CONCELHO	EMPREITADA				DOM	01-01-2002	31-12-2010		283.746,55		1.200.000,00	1.200.000,00		200.000,00	50.000,00			1.733.746,55	
2.5.2.	02/07010406	1	2010	6	CONSTRUÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				1.000,00	1.000,00						1.000,00	
2.5.2.	02/07010406	2	2010	7	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS E ESTRUTURAS DE APOIO	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				100.000,00	100.000,00		50.000,00				150.000,00	
2.5.2.	02/070115	1	2010	25	PROMOÇÃO TURÍSTICA DO CONCELHO	OUTRA		100		DDSC	01-01-2010	31-12-2010				80.000,00	80.000,00						80.000,00	
3.					Funções económicas									2.357.400,12		810.000,00	810.000,00		600.000,00	400.000,00			4.167.400,12	
3.3.					Transportes e comunicações									2.056.214,01		770.000,00	770.000,00		600.000,00	400.000,00			3.826.214,01	
3.3.1.					Transportes rodoviários									2.056.214,01		770.000,00	770.000,00		600.000,00	400.000,00			3.826.214,01	
3.3.1.	02/07030308	22	2002	190	REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE	OUTRA				DOM	01-01-2002	31-12-2010		1.548.733,15		500.000,00	500.000,00		300.000,00	300.000,00			2.648.733,15	
3.3.1.	02/07030308	24	2003	10	VIA INTERMUNICIPAL HOMEM-LIMA	EMPREITADA				DOM	01-01-2003	31-12-2010		150.054,45		10.000,00	10.000,00		100.000,00				260.054,45	
3.3.1.	02/07030308	26	2005	8	PONTE DE SOUTO	EMPREITADA				DOM	01-01-2005	31-12-2010		357.426,41		160.000,00	160.000,00						517.426,41	
3.3.1.	02/07030308	28	2009	4	REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS					DOM	01-01-2009	31-12-2010				10.000,00	10.000,00						10.000,00	
3.3.1.	02/07030308	1	2010	15	CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DE COVIDE	EMPREITADA				DOM	01-01-2010	31-12-2010				20.000,00	20.000,00		200.000,00	100.000,00			320.000,00	
3.3.1.	02/07030309	2	2010	26	SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURÍSTICA	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				50.000,00	50.000,00						50.000,00	
3.3.1.	02/07010401	1	2010	27	REQUALIFICAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	OUTRA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				10.000,00	10.000,00						10.000,00	
3.3.1.	02/07030305	1	2010	28	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO	EMPREITADA		100		DOM	01-01-2010	31-12-2010				10.000,00	10.000,00						10.000,00	
3.4.					Comércio e turismo									301.186,11		40.000,00	40.000,00						341.186,11	
3.4.2.					Turismo									301.186,11		40.000,00	40.000,00						341.186,11	
3.4.2.		8	2002	198	ROTEIRO DOS MOINHOS	OUTRA				DPU	01-01-2002	31-12-2010		301.186,11		40.000,00							341.186,11	
3.4.2.	02/07010302	8	2002	198	ROTEIRO DOS MOINHOS												10.000,00							
3.4.2.	02/07011002	8	2002	198	ROTEIRO DOS MOINHOS												30.000,00							
TOTAL GERAL															4.222.424,91		4.786.500,00	4.786.500,00		3.550.000,00	2.800.000,00			15.358.924,91

Órgão Executivo
Em 17 de Dezembro de 2009

Órgão Deliberativo
Em 28 de Dezembro de 2009

9. ANEXOS

9.1 - Encargos com Empréstimos

Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo n.º	Capital	Juros
9015004926891	10.653,69 €	3.137,15 €
	11.089,32 €	2.265,91 €
810000378191	22.725,32 €	1.289,24 €
	22.934,61 €	987,80 €
9015002272691	14.720,52 €	1.318,77 €
	14.803,33 €	1.201,32 €
9140013398391	14.721,20 €	4.918,43 €
	15.298,88 €	3.789,38 €
810000419291	7.189,10 €	1.442,82 €
	7.314,84 €	1.230,90 €
9015004579391	6.754,15 €	1.445,80 €
	6.795,21 €	1.404,74 €
810000383891	6.115,70 €	154,49 €
	6.153,95 €	116,23 €
810000401991	15.349,04 €	387,74 €
	15.445,06 €	291,71 €
810000406091	1.334,08 €	222,84 €
	1.334,08 €	213,56 €
9015004324391	16.597,66 €	3.589,11 €
	16.702,81 €	3.483,96 €
810000395191	11.663,30 €	294,64 €
	11.736,28 €	221,67 €
810000410991	2.299,77 €	384,15 €
	2.299,77 €	368,15 €
9015002313791	21.929,99 €	4.235,56 €
	22.091,94 €	4.073,61 €
810000414191	9.618,63 €	1.930,42 €
	9.786,86 €	1.646,88 €
TOTAL CGD	325.459,09 €	46.046,98 €

Caixa de Crédito Agrícola

Empréstimo n.º	Capital	Juros
56027276582	2.966,46 €	1.099,38 €
	3.065,83 €	913,20 €
560038257776	12.523,88 €	1.089,19 €
	12.591,23 €	1.024,85 €
56038385217	9.837,05 €	2.113,04 €
	9.886,86 €	2.069,28 €
56047150047	0,00 €	3.418,89 €
	0,00 €	4.142,55 €
59040107226	14.471,90 €	3.671,05 €
	14.471,90 €	3.716,31 €
TOTAL CCAM	79.815,11 €	23.257,74 €

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Empréstimo n.º	Capital	juros
2005.21.3141.2.00.1	4.510,97 €	4.409,28 €
	4.584,80 €	4.335,45 €
TOTAL IHRU	9.095,77 €	8.744,73 €

Instituto de Turismo de Portugal

Empréstimo n.º	capital
069/ITP/04	3.408,77 €
TOTAL ITP	3.408,77 €

Quadro – Resumo

Entidade	Capital	juros
Caixa Geral de Depósitos	325.459,09 €	46.046,98 €
Caixa de Crédito Agrícola	79.815,11 €	23.257,74 €
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	9.095,77 €	8.744,73 €
Instituto de Turismo de Portugal	3.408,77 €	0,00 €
TOTAL GERAL	417.778,74 €	78.049,45 €

9.2 - Declaração de voto

A4

Declaração de Voto

António José Ferreira Afonso, vereador do Partido Social Democrata (PSD), declara que se absteve na votação dos documentos com as **Grandes Opções do Plano** e o **Orçamento do Município para o ano de 2010**, pelos motivos seguintes:

1. O PSD sempre manifestou uma posição construtiva e de trabalho pelo desenvolvimento do Concelho e, por isso, não apresenta propostas demagógicas como aconteceu num passado relativamente recente com a oposição socialista;

2. Estranhámos não haver nenhuma referência ao facto do executivo ser do mesmo partido do Governo sendo uma oportunidade única para conseguir novos investimentos da Administração Central, nomeadamente a nível da Saúde (novos centros de saúde – Terras de Bouro e Rio Caldo), da Acção Social (depois de tantos anos de reivindicação, apenas temos aprovada a candidatura para a construção do Centro Social de Moimenta) e Rede Viária (via intermunicipal Homem-Lima e rectificação da estrada nacional Terras de Bouro a S. Bento – Rio Caldo);

3. Entendemos que o novo executivo deve ter as melhores condições para concretizar os seus compromissos eleitorais como «cortar nas despesas (...) reduzir ao máximo os cargos políticos (...) combate à desertificação e ao envelhecimento da população (...) travar a fuga de jovens do concelho», etc.;

4. Além dos pontos referidos, também não podemos deixar de discordar com:

4.1 O abandono do projecto *Natur* Parque de Vilarinho das Furnas que obteve o primeiro lugar em 37 candidaturas dos municípios da Região Norte, com um financiamento de 75%, e que contribuiria para que o Campo do Gerês, em particular, e todo Concelho, em geral, fosse considerado um destino turístico por excelência, articulando-se com todos os projectos municipais já existentes naquela freguesia e os investimentos previstos no sector hoteleiro;

4.2 O abandono (ou reformulação) do projecto de construção da Biblioteca Municipal. A candidatura prevê um financiamento de 90% (70% do Ministério da Cultura e 20% da Operação Norte) e que, por causa da burocracia, demorou 7 anos a ser aprovado;

4.3 A leitura da situação financeira do Município (pág. 5), porquanto:

a) Os números referidos apenas podem ser considerados em sede da apresentação do Relatório de Contas e não objecto de extrapolações que induzem leituras incorrectas;

b) O endividamento de médio e longo prazos, chamado de «dívida à banca» e no montante de 5.500.334,92, é inferior ao registado em 31/12/2007 (5.543.985,78€), apesar do investimento realizado nos últimos dezoito meses e apenas com a construção do Centro Escolar do

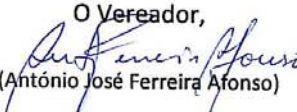
- Vale do Homem, do Pavilhão Gimnodesportivo e da Piscina Municipal ser de cerca de 3.500.000€;
- c) As dívidas a «fornecedores de Imobilizado» estão sujeitas a grandes variações conforme a entrada dos montantes financiados em sede da aprovação das candidaturas. Só do projecto «A Geira na Serra do Gerês III», o Município tem a receber 525.000€, além de mais de 200.000€ ~~de~~ ~~euros~~ de outros projectos aprovados no âmbito do QREN, com destaque para a rede viária;
 - d) Em relação às dívidas a fornecedores, veja-se a última edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses onde Terras de Bouro aparece num invejável 27.º lugar de um total de 308 municípios. O facto de haver, nalguns casos, 6 meses de atraso, não quer dizer que todos os pagamentos estejam nesta situação;
 - e) O Município recebe, do Orçamento do Estado, 440.000€ por mês, destinando-se 170.000€ às despesas com pessoal e o restante (270.000€) para pagar as despesas correntes e do Plano, além de cerca de 2.300.000€/ano de receitas próprias a que temos de adicionar as receitas de capital oriundas das candidaturas aprovadas;
 - f) O importante é conseguir a aprovação de novas candidaturas e não o seu abandono;
 - g) O Orçamento para 2010 prevê a possibilidade de contratação de um empréstimo de curto prazo no montante de 500.000€;
 - h) «Uma política rigorosa na execução orçamental» sempre foi praticada pelos executivos do PSD e não pode ser justificada pela «frágil situação financeira do Município», o que não corresponde à realidade, como teremos oportunidade de verificar aquando da apresentação dos documentos de prestação de contas relativos a 2009.

4.4 O aumento das despesas com pessoal em 123.000€ (10 novos contratos);

4.5 A ausência de referência à continuidade do projecto «A Geira na Serra do Gerês - 4.ª Fase», projecto relevante nas áreas da Cultura e do Turismo vencedor do Prémio Nacional de Turismo – edição 2006;

4.6 A desvalorização atribuída à Protecção Civil, uma vez que o concelho de Terras de Bouro está sujeito, de Inverno, às catástrofes de origem meteorológica, e de Verão, aos incêndios.

Terras de Bouro, 17 de Dezembro de 2009.

O Vereador,

(António José Ferreira Afonso)